



Relatório do Software Anti-plágio CopySpider

Para mais detalhes sobre o CopySpider, acesse: <https://copyspider.com.br>

Instruções

Este relatório apresenta na próxima página uma tabela na qual cada linha associa o conteúdo do arquivo de entrada com um documento encontrado na internet (para "Busca em arquivos da internet") ou do arquivo de entrada com outro arquivo em seu computador (para "Pesquisa em arquivos locais"). A quantidade de termos comuns representa um fator utilizado no cálculo de Similaridade dos arquivos sendo comparados. Quanto maior a quantidade de termos comuns, maior a similaridade entre os arquivos. É importante destacar que o limite de 3% representa uma estatística de semelhança e não um "índice de plágio". Por exemplo, documentos que citam de forma direta (transcrição) outros documentos, podem ter uma similaridade maior do que 3% e ainda assim não podem ser caracterizados como plágio. Há sempre a necessidade do avaliador fazer uma análise para decidir se as semelhanças encontradas caracterizam ou não o problema de plágio ou mesmo de erro de formatação ou adequação às normas de referências bibliográficas. Para cada par de arquivos, apresenta-se uma comparação dos termos semelhantes, os quais aparecem em vermelho.

Veja também:

[Analisando o resultado do CopySpider](#)

[Qual o percentual aceitável para ser considerado plágio?](#)



Relatório gerado por: jneomaster@hotmail.com

Arquivos	Termos comuns	Similaridade
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X http://aneste.org/faculdade-cambury-escola-de-direito-ncleo-de-ptica-juridica--n.html	672	17,77
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/11	206	11,2
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/12	153	8,6
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://docplayer.com.br/50362936-Manual-de-orientacao-para-trabalho-do-curso-de-direito.html	481	4,72
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://docplayer.com.br/60196371-Regulamento-de-trabalho-de-conclusao-de-curso.html	138	1,91
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://www.guiadacarreira.com.br/cursos/curso-direito/	9	0,34
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://querobolsa.com.br/cursos-e-faculdades/direito	8	0,27
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/direito/	7	0,19
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://sustainabledevelopment.un.org/topics/ruraldevelopment/decisions	3	0,09
O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx X https://www.educamaisbrasil.com.br/cursos-e-faculdades/direito	0	0



=====

Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: <http://aneste.org/faculdade-cambury-escola-de-direito-ncleo-de-prtica-jurdica--n.html> (3053 termos)

Termos comuns: 672

Similaridade: 17,77%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento <http://aneste.org/faculdade-cambury-escola-de-direito-ncleo-de-prtica-jurdica--n.html>

=====

25

60

FACULDADE CAMBURY

ESCOLA DE DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROF^a.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia

2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.^a esp. Anne Neves de Oliveira.

Goiânia
2020

Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Data da Defesa: _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador

nota

Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome

nota

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome

nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à



SUMÁRIO

1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO	
.....	1
O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS.....	28

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.



Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever “da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em _____ pela Instituição _____, portador(a) da RG _____, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): _____



_____, que tem como título:

Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, ____ de ____ de 20____.

Assinatura do profissional com firma reconhecida

CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, _____ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor

_____ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) _____, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório:

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, ____ de ____ de 201____

Orientando (a)

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia _____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a

_____, o (a) Professor (a) Orientador(a)
_____, e o (a) Professor(a) Convidado(a)
_____ para realizarem o EXAME DE QUALIFICAÇÃO DE
TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de
Curso da Escola de Direito, com o título

: _____

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia _____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da
Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a)
) _____, o(a) Professor(a) Orientador(a)
_____ e os(as) Convidados(as) Prof.(a



) _____ e Prof.(a)
_____, para realizarem a banca do EXAME DE
DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no
Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de
Direito, com o título

_____.

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, _____ de _____ de _____.

Assinatura do autor

TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do aluno
_____ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso
de título provisório

: _____, a seguinte

linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, _____ de _____ de _____



Aluno(a) orientado

Professor orientador

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

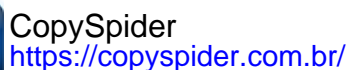
Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em _____, na sala n. _____, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Aluno: _____



Título do TCC apresentado:

Prof.Orientador: _____ Orientado

Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

Prof. Orientador:

Prof. Membro de Banca

Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES, para integralização do currículo do curso de Direito.

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10 Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade)

0 a 10 Exposição oral (verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS



0 a 10 Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10 Exposição oral (verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10 Questionamentos da Banca Examinadora (analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicação Repositório Institucional Revista Eletrônica Faculdade Cambury



=====

Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: <https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/11> (645 termos)

Termos comuns: 206

Similaridade: 11,2%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento <https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/11>

=====

25

60

FACULDADE CAMBURY

ESCOLA DE DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROF^a.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia

2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Artigo Científico apresentado à **disciplina Trabalho de Curso I**, curso de Direito **da Faculdade Cambury**, sob a orientação da Prof.^a esp. Anne Neves de Oliveira.

Goiânia
2020

Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Data da Defesa: _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador

nota

Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome

nota

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome

nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

SUMÁRIO



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO	
.....	1
O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS..	28

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, **o presente artigo**, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever “da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em _____, pela Instituição _____, portador(a) da RG _____, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): _____, que tem como título: _____.



Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, ____ de ____ de 20____.

Assinatura do profissional com firma reconhecida

CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, _____ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor

_____ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) _____, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório:

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, ____ de ____ de 201____

Orientando (a)

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia _____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a

_____, o (a) Professor (a) Orientador(a)
_____, e o (a) Professor(a) Convidado(a)
_____ para realizarem o EXAME DE QUALIFICAÇÃO DE
TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de
Curso da Escola de Direito, com o título

: _____

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia _____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da
Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a)
) _____, o(a) Professor(a) Orientador(a)
_____ e os(as) Convidados(as) Prof.(a
) _____ e Prof.(a)



_____, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

_____.

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, _____ de _____ de _____.

Assinatura do autor

TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do aluno
_____ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso
de título provisório

: _____, a seguinte

linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, _____ de _____ de _____



Aluno(a) orientado _____ Professor orientador _____

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em _____, na sala n. _____, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Aluno: _____

Curso: _____ Matrícula: _____



Título do TCC apresentado:

Prof.Orientador:_____ Orientado _____

Tipo de Trabalho: ? Monografia ? Artigo

Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

Prof. Orientador:

Prof. Membro de Banca

Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES, para integralização do currículo do curso de Direito.

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10 **Trabalho escrito** (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10 Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10 Exposição oral (verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10 Questionamentos da Banca Examinadora (analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicação Repositório Institucional Revista Eletrônica Faculdade Cambury



=====

Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: <https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/12> (531 termos)

Termos comuns: 153

Similaridade: 8,6%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento <https://www.passeidireto.com/arquivo/28877749/manual-tcc-direito-2017/12>

=====

25

60

FACULDADE CAMBURY

ESCOLA DE DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROF^a.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia

2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, **curso de Direito da Faculdade Cambury**, sob a orientação da Prof.^a esp. Anne Neves de Oliveira.

Goiânia
2020

Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Data da Defesa: _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador

nota

Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome

nota

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome

nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

SUMÁRIO



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO	
.....	1
O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS..	28

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever “da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em _____ pela Instituição _____, portador(a) da RG _____, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): _____, que tem como título: _____



Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do profissional com firma reconhecida

CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, _____ aluno da disciplina **de Trabalho de Conclusão de Curso**, **sob** a orientação e anuência do Professor

_____ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) _____, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório:

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, _____ de _____ de 201____

Orientando (a)

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia ____ do mês de ____ do ano de ____, às ____ horas, na sala ____,
da Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a

____, o (a) Professor (a) Orientador(a)
____ e o (a) Professor(a) Convidado(a)
____ para realizarem o EXAME DE QUALIFICAÇÃO DE
TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de
Curso da Escola de Direito, com o título

: _____

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia ____ do mês de ____ do ano de ____, às ____ horas, na sala ____, da
Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a)
) _____, o(a) Professor(a) Orientador(a)
_____ e os(as) Convidados(as) Prof.(a
) _____ e Prof.(a)



_____, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

_____.

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, _____ de _____ de _____.

Assinatura do autor

TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do aluno
_____ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso
de título provisório

: _____, a seguinte

linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, _____ de _____ de _____



Aluno(a) orientado _____ Professor orientador

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

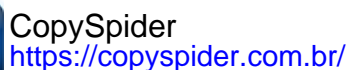
Defendida em _____, na sala n. _____, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Aluno: _____

Curso: _____ Matrícula: _____



Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

[illegible]

Prof. Membro de Banca

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10 Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10 Exposição oral (verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10 Questionamentos da Banca Examinadora (analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicação Repositório Institucional Revista Eletrônica Faculdade Cambury



=====

Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: <https://docplayer.com.br/50362936-Manual-de-orientacao-para-trabalho-do-curso-de-direito.html> (9255 termos)

Termos comuns: 481

Similaridade: 4,72%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

<https://docplayer.com.br/50362936-Manual-de-orientacao-para-trabalho-do-curso-de-direito.html>

=====

25

60

FACULDADE CAMBURY

ESCOLA DE DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROF^a.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia

2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.^a esp. Anne Neves de Oliveira.

Goiânia
2020

Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Data da Defesa: _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador

nota

Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome

nota

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome

nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à



SUMÁRIO

1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO	
.....	1
O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS.....	28

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.



Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida **a partir da** constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores **para o desenvolvimento** social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever “da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da **melhor forma de** se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se **de acordo com a** necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas **a respeito da** importância da família a sociedade.

Não obstante, a **Lei n. 8.069 de** 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA **PORTUGUESA**

Declaro para os devidos fins que na qualidade de **profissional licenciado(a) em** _____ **pela Instituição** _____, **portador(a) da RG** _____, **fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a):**



_____, que tem como título:

Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, ____ de ____ de 20____.

Assinatura do profissional com firma reconhecida

CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, _____ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor

_____ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) _____, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório:

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, ____ de ____ de 201____

Orientando (a)

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia _____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a

_____, o (a) Professor (a) Orientador(a)
_____, e o (a) Professor(a) Convidado(a)
_____ para realizarem o EXAME DE QUALIFICAÇÃO DE
TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de
Curso da Escola de Direito, com o título

: _____

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia _____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da
Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a
) _____, o(a) Professor(a) Orientador(a)
_____ e os(as) Convidados(as) Prof.(a



) _____ e Prof.(a)
_____, para realizarem a banca do EXAME DE
DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no
Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de
Direito, com o título

_____.

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, _____ de _____ de _____.

Assinatura do autor

TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do aluno
_____ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso
de título provisório

: _____, a seguinte

linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, _____ de _____ de _____



Aluno(a) orientado _____ Professor orientador _____

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM **BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

A **Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury**, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador **do TCC** o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a **apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em _____, na sala n. _____, nas dependências **da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.**

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM **BANCA DE DEFESA DE TCC**

Aluno: _____



Título do TCC apresentado:

Prof.Orientador: _____ Orientado _____

Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

Prof. Orientador:

Prof. Membro de Banca

Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES, para integralização do currículo do curso de Direito.

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10 Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade)

0 a 10 **Exposição oral** (verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS



0 a 10 Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10 Exposição oral (verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10 Questionamentos da Banca Examinadora (analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicação Repositório Institucional Revista Eletrônica Faculdade Cambury



=====

Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: <https://docplayer.com.br/60196371-Regulamento-de-trabalho-de-conclusao-de-curso.html>
(5927 termos)

Termos comuns: 138

Similaridade: 1,91%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento <https://docplayer.com.br/60196371-Regulamento-de-trabalho-de-conclusao-de-curso.html>

=====

25

60

FACULDADE CAMBURY

ESCOLA DE DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO

ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROF^a.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia

2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Artigo Científico apresentado à **disciplina Trabalho de Curso I**, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.^a esp. Anne Neves de Oliveira.

Goiânia
2020

Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Data da Defesa: _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador

nota

Examinador Convidado (**Coorientador, se houver**): Prof. Titulação, Nome

nota

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome

nota

DEDICATÓRIA

Dedico este **trabalho de conclusão** acadêmico à



SUMÁRIO

1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO	
.....	1
O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS.....	28

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.



Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.

1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida **a partir da** constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores **para o desenvolvimento** social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever “da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se **de acordo com** a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a **Lei n. 8.069 de** 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em _____ pela Instituição _____, portador(a) da RG _____, fiz a correção **do trabalho do** (a) aluno(a): _____



_____, que tem como título:

_____.
Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do profissional **com firma reconhecida**

CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, _____ aluno **da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso**, sob a orientação e anuência do Professor

_____ venho por meio deste ato convidar o (a)
Professor (a) _____, para a função de auxílio e coorientação do
trabalho acadêmico **a ser desenvolvido** que tem como título provisório:

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, _____ de _____ de 201____

Orientando (a)

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia _____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a

_____, o (a) Professor (a) Orientador(a)
_____ e o (a) Professor(a) Convidado(a)
_____ para realizarem o EXAME DE QUALIFICAÇÃO DE
TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de
Curso da Escola de Direito, com o título

: _____

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia _____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da
Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a)
) _____, o(a) Professor(a) Orientador(a)
_____ e os(as) Convidados(as) Prof.(a



) _____ e Prof.(a)
_____, para realizarem a banca do EXAME DE
DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no
Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de
Direito, com o título

_____.

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Assim, autorizo a liberação total, estando ciente **que o conteúdo** disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, _____ de _____ de _____.

Assinatura do autor

TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do aluno
_____ vinculo o **Trabalho de Conclusão de Curso**
de título provisório

: _____, a seguinte

linha de pesquisa:

- ☐ **Direito Penal, Processo Penal e Constituição;**
- ☐ **Direito do Trabalho e Seguridade Social;**
- ☐ **Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;**
- ☐ **Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;**
- ☐ **Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;**
- ☐ **Direitos e Garantias Fundamentais;**
- ☐ **Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;**
- ☐ **Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;**
- ☐ **Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;**
- ☐ **Direito, Comunicação e Linguagem;**
- ☐ **Direito Tributário e Financeiro;**
- ☐ **Direito empresarial.**

Goiânia, _____ de _____ de _____



Aluno(a) orientado _____ Professor orientador _____

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM **BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

A **Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury**, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador **do TCC** o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação **do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

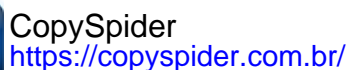
Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em _____, na sala n. _____, nas dependências **da Faculdade Cambury**, como requisito para conclusão **do Curso de Direito**.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM **BANCA DE DEFESA DE TCC**

Aluno: _____



Título do TCC apresentado:

Prof.Orientador: _____ Orientado _____

Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

Prof. Orientador:

Prof. Membro de Banca

Prof. Membro de Banca

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES, para integralização do currículo do curso de Direito.

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10 Trabalho escrito (coerência, problematização, referencial teórico e originalidade)

0 a 10 Exposição oral (verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS



0 a 10 Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10 Exposição oral (verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10 Questionamentos da Banca Examinadora (analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicação Repositório Institucional Revista Eletrônica Faculdade Cambury



=====

Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: <https://www.guiadacarreira.com.br/cursos/curso-direito/> (1183 termos)

Termos comuns: 9

Similaridade: 0,34%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento
<https://www.guiadacarreira.com.br/cursos/curso-direito/>

=====

25

60

FACULDADE CAMBURY
ESCOLA DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROF^a.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia

2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, **curso de Direito** da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.^a esp. Anne Neves de Oliveira.

Goiânia
2020

Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Data da Defesa: _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador

nota

Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome

nota

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome

nota

DEDICATÓRIA

Dedico este **trabalho de conclusão** acadêmico à

SUMÁRIO



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO	
.....	1
O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS..	28

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse íterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever “da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, **todos os direitos** fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em _____ pela Instituição _____, portador(a) da RG _____, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): _____, que tem como título: _____



Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do profissional com firma reconhecida

CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, _____ aluno da disciplina de **Trabalho de Conclusão de Curso**, sob a orientação e anuência do Professor

_____ venho por meio deste ato convidar o (a)
Professor (a) _____, para a função de auxílio e coorientação do
trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório:

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, _____ de _____ de 201____

Orientando (a)

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia ____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a

_____, o (a) Professor (a) Orientador(a)
_____ e o (a) Professor(a) Convidado(a)
_____ para realizarem o EXAME DE QUALIFICAÇÃO DE
TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de **Trabalho de Conclusão de**
Curso da Escola de Direito, com o título

: _____

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia ____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a)

) _____, o(a) Professor(a) Orientador(a)
_____ e os(as) Convidados(as) Prof.(a
) _____ e Prof.(a)



_____, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de **Trabalho de Conclusão de Curso** da Escola de Direito, com o título

_____.

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, _____ de _____ de _____.

Assinatura do autor

TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do aluno
_____ vinculo o **Trabalho de Conclusão de Curso**
de título provisório

: _____, a seguinte
linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ **Direito do Trabalho** e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ **Direito Internacional Público**, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, _____ de _____ de _____



Aluno(a) orientado _____ Professor orientador _____

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em _____, na sala n. _____, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Aluno: _____

Curso: _____ Matrícula: _____



Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

[illegible]

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES, para integralização do currículo do curso de Direito.

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10 Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury



=====

Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: <https://querobolsa.com.br/cursos-e-faculdades/direito> (1533 termos)

Termos comuns: 8

Similaridade: 0,27%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento
<https://querobolsa.com.br/cursos-e-faculdades/direito>

=====

25

60

FACULDADE CAMBURY
ESCOLA DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROF^a.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia

2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, **curso de Direito da** Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.^a esp. Anne Neves de Oliveira.

Goiânia
2020

Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Data da Defesa: _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador

nota

Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome

nota

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome

nota

DEDICATÓRIA

Dedico este **trabalho de conclusão** acadêmico à

SUMÁRIO



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO	
.....	1
O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS..	28

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever “da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em _____ pela Instituição _____, portador(a) da RG _____, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): _____, que tem como título: _____



Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do profissional com firma reconhecida

CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, _____ aluno da disciplina de **Trabalho de Conclusão de Curso**, sob a orientação e anuência do Professor

_____ venho por meio deste ato convidar o (a)
Professor (a) _____, para a função de auxílio e coorientação do
trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório:

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, _____ de _____ de 201____

Orientando (a)

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia ____ do mês de ____ do ano de ____, às ____ horas, na sala ____, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a

_____, o (a) Professor (a) Orientador(a)
_____, e o (a) Professor(a) Convidado(a)
_____ para realizarem o EXAME DE QUALIFICAÇÃO DE TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

: _____

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia ____ do mês de ____ do ano de ____, às ____ horas, na sala ____, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a)

) _____, o(a) Professor(a) Orientador(a)
_____ e os(as) Convidados(as) Prof.(a
) _____ e Prof.(a)



_____, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

_____.

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, _____ de _____ de _____.

Assinatura do autor

TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do aluno
_____ vinculo o **Trabalho de Conclusão de Curso**

de título provisório

: _____, a seguinte

linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ **Direito do Trabalho** e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, _____ de _____ de _____



Aluno(a) orientado _____ Professor orientador _____

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

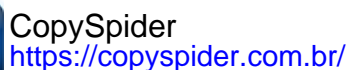
Defendida em _____, na sala n. _____, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Aluno: _____

Curso: _____ Matrícula: _____



Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

[illegible]

Prof. Membro de Banca

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10 Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury



=====

Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: <https://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/direito/> (2177 termos)

Termos comuns: 7

Similaridade: 0,19%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento
<https://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/direito/>

=====

25

60

FACULDADE CAMBURY
ESCOLA DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROF^a.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia

2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.^a esp. Anne Neves de Oliveira.

Goiânia
2020

Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Data da Defesa: _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador

nota

Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome

nota

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome

nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

SUMÁRIO



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO	
.....	1
O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS.....	28

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais **assim como a** segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever “da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em _____ pela Instituição _____, portador(a) da RG _____, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): _____, que tem como título: _____



Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do profissional com firma reconhecida

CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, _____ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor

_____ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) _____, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório:

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, _____ de _____ de 201____

Orientando (a)

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia ____ do mês de ____ do ano de ____, às ____ horas, na sala ____, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a

_____, o (a) Professor (a) Orientador(a)
_____, e o (a) Professor(a) Convidado(a)
_____ para realizarem o EXAME DE QUALIFICAÇÃO DE
TCC, **com base no** Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de
Curso da Escola de Direito, com o título

: _____

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia ____ do mês de ____ do ano de ____, às ____ horas, na sala ____, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a)

) _____, o(a) Professor(a) Orientador(a)
_____ e os(as) Convidados(as) Prof.(a
) _____ e Prof.(a)



_____, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, **com base no** Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

_____.

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, _____ de _____ de _____.

Assinatura do autor

TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do aluno
_____ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso
de título provisório

: _____, a seguinte

linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☒ **Direito Civil Constitucional** e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, _____ de _____ de _____



Aluno(a) orientado _____ Professor orientador _____

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em _____, na sala n. _____, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Aluno: _____

Curso: _____ Matrícula: _____



Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES, para integralização do currículo do curso de Direito.

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10 Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury



=====

Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/ruraldevelopment/decisions> (1644 termos)

Termos comuns: 3

Similaridade: 0,09%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento <https://sustainabledevelopment.un.org/topics/ruraldevelopment/decisions>

=====

25

60

FACULDADE CAMBURY
ESCOLA DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROF^a.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia

2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.^a esp. Anne Neves de Oliveira.

Goiânia
2020

Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Data da Defesa: _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador

nota

Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome

nota

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome

nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

SUMÁRIO



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO	
.....	1
O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS..	28

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions **for rural populations**, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions **as well as** legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through **the use of** the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever “da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em _____ pela Instituição _____, portador(a) da RG _____, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): _____, que tem como título: _____



Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do profissional com firma reconhecida

CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, _____ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor

_____ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) _____, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório:

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, _____ de _____ de 201____

Orientando (a)

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia ____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a

_____, o (a) Professor (a) Orientador(a)
_____ e o (a) Professor(a) Convidado(a)
_____ para realizarem o EXAME DE QUALIFICAÇÃO DE
TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de
Curso da Escola de Direito, com o título
:

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia ____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da
Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a)
) _____, o(a) Professor(a) Orientador(a)
_____ e os(as) Convidados(as) Prof.(a
) _____ e Prof.(a)



_____, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

_____.

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, _____ de _____ de _____.

Assinatura do autor

TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do aluno
_____ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso
de título provisório

: _____, a seguinte

linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, _____ de _____ de _____



Aluno(a) orientado _____ Professor orientador _____

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

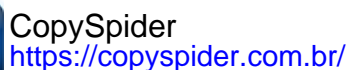
Defendida em _____, na sala n. _____, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Aluno: _____

Curso: _____ Matrícula: _____



Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

OBS: Cada relatório equivale a carga horária de 2 (duas) horas, como ATIVIDADES COMPLEMENTARES, para integralização do currículo do curso de Direito.

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10 Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury



=====

Arquivo 1: O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO

AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx (1400 termos)

Arquivo 2: <https://www.educamaisbrasil.com.br/cursos-e-faculdades/direito> (50 termos)

Termos comuns: 0

Similaridade: 0%

O texto abaixo é o conteúdo do documento O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO(Capítulo2).docx. Os termos em vermelho foram encontrados no documento
<https://www.educamaisbrasil.com.br/cursos-e-faculdades/direito>

=====

25

60

FACULDADE CAMBURY
ESCOLA DE DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
COORDENAÇÃO ADJUNTA DE TRABALHO DE CURSO
ARTIGO CIENTÍFICO

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES

ORIENTADORA: PROF^a.ESP. ANNE NEVES DE OLIVEIRA

Goiânia

2020

OrientandA: GRACE KELLY MENDES BORGES



O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Artigo Científico apresentado à disciplina Trabalho de Curso I, curso de Direito da Faculdade Cambury, sob a orientação da Prof.^a esp. Anne Neves de Oliveira.

Goiânia
2020

Orientanda: MAGDA SOUZA SANTOS

O ABANDONO AFETIVO E O DEVER DE INDENIZAR OS FILHOS

Data da Defesa: _____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA



Orientadora: Profa. Titulação, Nome do orientador

nota

Examinador Convidado (Coorientador, se houver): Prof. Titulação, Nome

nota

Examinador Convidado: Prof. Titulação, Nome

nota

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão acadêmico à

SUMÁRIO



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO	
.....	1
O Direito Agrário.....	3
1.2 A Economia Rural e as Políticas Agrárias.....	4
1.3 A Atividade Agrária e Atividade Pecuária.....	5
2 O CONCEITO DE FAMÍLIA	10
2.1 A Definição da Proposta de Reforma Agrária	11
2.2 A função social da propriedade e justiça social na Constituição Federal de 1988.....	14
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS..	28

O DESENVOLVIMENTO RURAL SOB A PERSPECTIVA DO AGRONEGÓCIO

RESUMO

Ante ao Estatuto da Terra, que ambicionava sanar os problemas socioeconômicos, o desenvolvimento rural surge como uma possibilidade plausível tendo como prisma o agronegócio e políticas públicas como meio de se realizar a justiça social. Ao propiciar a geração de empregos, salários justos e melhor condicionamento de vida das populações que vivem no campo, o desenvolvimento rural é o que melhor responde a necessidade da justiça social. Não obstante, políticas públicas coerentes se fazem necessárias para evitar distorções sociais assim como a segurança jurídica em julgados, sendo importante a uniformidade das decisões em que melhor atendam o que fora delineado constitucionalmente. Desse modo, o presente artigo, por meio da utilização da metodologia de trabalho científica dedutiva, ante a análise de bibliografias, legislação, jurisprudência, pertinente ao assunto, objetiva demonstrar as possibilidades jurídicas que visem o desenvolvimento rural de forma equânime em uma perspectiva de justiça social e produtiva na medida em que se busca o lucro econômico, tendo o Agronegócio como opção válida e pertinente.

Palavras Chave: Desenvolvimento Rural; Reforma Agrária; Latifúndio.

ABSTRACT

Before the Land Statute, which aimed to remedy socioeconomic problems, rural development emerges as a plausible possibility with agribusiness and public policies as a means of achieving social justice. By providing jobs, fair wages and better living conditions for rural populations, rural development best responds to the need for social justice. Nevertheless, coherent public policies are necessary to avoid social distortions as well as legal certainty in judgments, being important the uniformity of the decisions that best comply with what was constitutionally outlined. Thus, the present article, through the use of the deductive scientific work methodology, before the analysis of bibliographies, legislation, jurisprudence, pertinent to the subject, aims to demonstrate the legal possibilities that aim the rural development in an equitable way in a perspective of justice. social and productive as economic profit is sought.

Keywords: Rural Development; Land reform; Latifundium.



1 O CONCEITO DE FAMÍLIA NA ATUALIDADE DO ORDENAMENTO PÁTRIO

O valor do afeto ao desenvolvimento da criança e adolescente encontra reconhecimento e guarida a partir da constituição cidadã, tendo como marco a proteção da família e seus valores para o desenvolvimento social.

Nesse ínterim, a Constituição Federal de 1988 em conjunto com o Código Civil de 2002, emanam comandos legais a respeito do amparo à criança e adolescente. Em seu artigo. 227 do respectivo diploma maior, foi estabelecido o dever “da família resguardar a criança e o adolescente de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” Já o codex civilista apregoa o direito à convivência com os genitores, independentemente das nuances matrimoniais.

Todavia, é cediço que a pluralidade de opiniões, formações familiares e grupos sociais, acabam gerando relativizações em torno da melhor forma de se amparar um ser em formação. É nesta seara que se torna imperioso um olhar acurado a respeito do afeto e da convivência com os pais, tendo o Estado a incumbência de imiscuir-se de acordo com a necessidade e o grau da ofensa ante a criança e ao adolescente.

Sob essa toada a Constituição Federal de 1988 confere um capítulo específico sobre a importância da família, impondo deveres à toda sociedade e ao próprio Estado, estipulando em seu capítulo IV e VII, o amparo à crianças e adolescentes carentes, o direito a educação infantil além de dissipar quaisquer dúvidas a respeito da importância da família a sociedade.

Não obstante, a Lei n. 8.069 de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e o Adolescente, estabelece em seu artigo. 3º, todos os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, ressaltando inclusive o aspecto moral e mental.

É neste contexto, que se torna necessário salutar a importância temática do presente artigo. Há nítida obrigação de cuidar, tanto pelo núcleo familiar quanto pela atuação estatal. Contudo, o legislador não atuou a contento sobre o abandono afetivo, permitindo que uma verdadeira fenda legislativa promulgasse a omissão dos genitores perante a prole.

REFERÊNCIAS

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Declaro para os devidos fins que na qualidade de profissional licenciado(a) em _____ pela Instituição _____, portador(a) da RG _____, fiz a correção do trabalho do (a) aluno(a): _____, que tem como título: _____



Primou-se na revisão pela correção linguística e ortográfica (utilizando a nova ortografia), como também tornando o texto mais claro, coeso e coerente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Goiânia, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do profissional com firma reconhecida

CONVITE DE COORIENTAÇÃO PARA TCC

Eu, _____ aluno da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação e anuência do Professor

_____ venho por meio deste ato convidar o (a) Professor (a) _____, para a função de auxílio e coorientação do trabalho acadêmico a ser desenvolvido que tem como título provisório:

Esclarecemos ainda, que tal atividade é voluntária, não remunerada.

Goiânia, _____ de _____ de 201____

Orientando (a)

ATA PARA EXAME DE QUALIFICAÇÃO



No dia ____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da Faculdade Cambury, reuniram-se, o/a orientando/a

_____, o (a) Professor (a) Orientador(a)
_____, e o (a) Professor(a) Convidado(a)
_____ para realizarem o EXAME DE QUALIFICAÇÃO DE
TCC, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de
Curso da Escola de Direito, com o título
:

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

ATA PARA EXAME DE DEFESA

No dia ____ do mês de _____ do ano de _____, às _____ horas, na sala _____, da
Faculdade Cambury, reuniram-se, o(a) aluno(a) orientando(a)
) _____, o(a) Professor(a) Orientador(a)
_____ e os(as) Convidados(as) Prof.(a
) _____ e Prof.(a)



_____, para realizarem a banca do EXAME DE DEFESA do Trabalho (Artigo ou Monografia), da disciplina Trabalho de Curso III, com base no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica e Manual de Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de Direito, com o título

_____.

Sugestões para correções e alterações:

Professor/a Orientador/a:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 1:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Professor Examinador 2:

NOME COMPLETO, TITULAÇÃO

Orientando(a):

DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO



A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Assim, autorizo a liberação total, estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, _____ de _____ de _____.

Assinatura do autor

TERMO DE VINCULAÇÃO DE ORIENTAÇÃO À LINHA DE PESQUISA

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do aluno
_____ vinculo o Trabalho de Conclusão de Curso
de título provisório

: _____, a seguinte

linha de pesquisa:

- ☐ Direito Penal, Processo Penal e Constituição;
- ☐ Direito do Trabalho e Seguridade Social;
- ☐ Direito Civil Constitucional e Contemporâneo;
- ☐ Direito, Economia, Política, Globalização e Desenvolvimento;
- ☐ Direito Internacional Público, Privado e dos Direitos Humanos;
- ☐ Direitos e Garantias Fundamentais;
- ☐ Direitos Sociais, Administração e Políticas Públicas;
- ☐ Acesso à Justiça, Justiça Mediática e Preventiva;
- ☐ Direito, Meio-Ambiente e Sustentabilidade;
- ☐ Direito, Comunicação e Linguagem;
- ☐ Direito Tributário e Financeiro;
- ☐ Direito empresarial.

Goiânia, _____ de _____ de _____



Aluno(a) orientado _____ Professor orientador _____

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EM BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Cambury, confere aos professores nomes dos professores digitados pelo orientador do TCC o certificado de participação na Banca Examinadora que julgou a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado: título do trabalho digitado pelo orientador do TCC, orientado pelo professor nome de professor.

De autoria de:

Nome do aluno digitado pelo orientador do TCC

Defendida em _____, na sala n. _____, nas dependências da Faculdade Cambury, como requisito para conclusão do Curso de Direito.

Goiânia, data digitada pelo orientador do TCC.

RELATÓRIO DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA DE DEFESA DE TCC

Aluno: _____

Curso: _____ Matrícula: _____



Resenha (redigir uma síntese seguida da opinião quanto ao trabalho apresentado):

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Prof. Membro de Banca

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

MEDIA FINAL

AVALIAÇÃO COMPONENTES NOTAS

0 a 10 Trabalho escrito (Metodologia utilizada, obediência às normas da ABNT, coerência com a linha de



pesquisa, relevância e originalidade)

0 a 10Exposição oral(verificar a apresentação, postura, fundamentação, segurança e conhecimento, domínio do assunto, potencial crítico, etc.)

0 a 10Questionamentos da Banca Examinadora(analisar as respostas das arguições da Banca, capacidade de interpretação e sustentação/defesa das questões apresentadas).

MEDIA FINAL

Declaração de autorização para publicaçãoRepositório InstitucionalRevista EletrônicaFaculdade Cambury